

CPI das Universidades

Aluna da Esalq depõe

Acompanhada pelos pais, estudante diz ter sido vítima de oito colegas**JULIANA FRANCO**

Da Gazeta de Piracicaba

juliana.franco@gazetadepiracicaba.com.br

Falavam que eu havia transado com oito meninos. As meninas com quem eu morava fizeram uma reunião e pediram para eu sair da casa sob a alegação de que me chamavam de vagabunda". Os dizeres foram registrados na última sexta-feira, 9, na quinta sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Universidades aprovada, no início de dezembro de 2014, para apurar denúncias de abusos e violações dos Direitos Humanos em universidades do Estado de São Paulo. O depoimento é de uma aluna da Esalq/USP (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/Universidade de São Paulo).

A CPI é presidida pelo deputado estadual Adriano Diogo (PT) e o depoimento contou com a presença do deputado estadual José Bittencourt (PSD). Na ocasião, a aluna relatou caso ocorrido em outubro de 2002, quando era estudante de engenharia florestal da instituição de ensino e tinha 18 anos. A reportagem da Gazeta de Piracicaba teve acesso aos áudios da CPI realizada no dia 9.

Durante a CPI, a estudante disse ter sido estuprada por oito colegas de uma república. Entre as consequências do caso, a universitária contraiu uma doença autoimune, intitulada colangite esclerosante. Somente na última semana, passou mais de 12 anos, resolveu falar sobre o caso, acompanhada dos pais.

Ela ingressou na universidade aos 17 anos. Durante depoimento, afirmou que o trote é a única maneira de se fazer amigos. "O estudante que chega bêbado para assistir às aulas é aclamado como herói", revela.

Em outubro de 2002, foi convidada para um grupo de estudos em uma república da cidade. No local, estavam oito meninos de várias repúblicas, ela era a única menina. Segundo depoimento, havia muita cerveja. "Depois de um determinado momento, apaguei. Acordei toda molhada, a porta estava aberta. Saf, já era madrugada e fui andando para a república onde morava", narra.

Na manhã seguinte, se ausentou da aula porque sua avó faleceu. Quando retornou ao campus, a estudante afirma que "começou a viver o pesadelo. Falavam que eu havia transado com oito meninos. Na Esalq, comentava-se o caso, inclusive os professores. As pessoas olhavam, davam risadinhas. Um e-mail passou a circular contando detalhes. Consultei um psicólogo indicado pela direção da escola, mas soube depois que o que expunha nas sessões tornava-se público".

A aluna saiu da casa onde morava e pensou em abandonar a universidade. Mas com

**A vítima estudava na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz quando aconteceu o caso, em 2002****TROTOS**

Associados a preconceito

O sociólogo da Esalq/USP (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/Universidade de São Paulo) Antonio Ribeiro Almeida Junior também falou à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que investiga as violações dos direitos humanos nas universidades. Para o docente, o trote, ritual de passagem usado no passado para acolher e igualar pessoas a um determinado grupo, foi

deturpado por alguns veteranos das universidades que, a pretexto de aplicar trotes, impõem superioridade com sadismo e malevolência. Ribeiro pesquisa o assunto desde 2002 e classifica duas categorias de instituições: a primeira, em que o trote ocorre de maneira eventual, quando um aluno humilha e provoca o outro, ocasionando situações graves em que pessoas ficam

feridas ou humilhadas; e a segunda, em que o trote se torna recorrente, violento e faz parte da cultura da instituição, envolvendo docentes, alunos e funcionários. O sociólogo chamou ao último tipo de instituição trotista. "Para entrar em grupos desta instituição, as pessoas têm de ser testadas, humilhadas e violentadas e, mesmo assim, permanecer em silêncio", diz.

a ajuda dos pais continuou o curso – viajava diariamente de sua cidade para Piracicaba. Sobre os comentários, passou a ignorar e optou por tocar a vida, revela.

CPI

O presidente da comissão, Adriano Diogo (PT), diz que a CPI se encerra no dia 15 de março. "Nosso objetivo maior é banir os trotes dentro das universidades", revela.

Ainda segundo Diogo, a direção da Esalq será chamada para se apresentar na CPI. "Vamos convidar responsáveis que trabalhavam na época do caso, em 2002, e representantes atuais. Como resultado da CPI, vamos entrar em contato com o procurador da República e do Estado para que sejam verificadas todas as denúncias do Estado e do Brasil e solicitar que uma legislação seja aprovada, proibindo a prática do trote".

Até março será lançada uma campanha informativa para explicar que ninguém é obrigado a se submeter ao trote, nem mesmo ao trote solidário. "Piracicaba é a capital nacional do trote. O grande problema é que eles ocorrem nas repúblicas e os autores dos atos se exibem na internet. Piracicaba só perde para Ouro Preto quando o assunto é trote universitário. A diferença é que na cidade de Minas Ge-

rais as repúblicas são oficiais, funcionam como um prolongamento do campus. Já em Piracicaba, não", explica o deputado.

TROTOS

Durante depoimento, a estudante citou alguns trotes realizados no campus. Entre eles o do chapéu, em que o aluno escreve o nome no chapéu e se apresenta a um veterano. O ritual para essa apresentação é feita de joelhos e o calouro atribui a si mesmo uma série de adjetivos pejorativos enquanto refere-se ao veterano com nomes mais elogiosos possíveis. Quanto mais o calouro se apresenta, mais assinaturas ganha.

Outro citado foi o "ralo monstro", realizado à noite nos quintais das repúblicas. Os meninos são separados

das meninas. Todos são obrigados a praticar exercícios físicos, mas os meninos apanham com rípa de estrado de cama. São obrigados a fazer flexão nos, com o nariz no âns do colega da frente. Enquanto isso, tomam cerveja e reforço (uma mistura de vômito e comida estragada). Depois, os meninos são abandonados nus em algum canal e têm de voltar à noite, nus e bêbados. Esse ritual começa na semana de recepção e termina em 13 de maio, quando se comemora a libertação dos escravos.

Segundo o deputado Adriano Diogo, todos aqueles que se sentirem violados em seus direitos podem denunciar pelo e-mail cpiuniversidades@al.sp.gov.br.

ESALQ

Por meio de nota, a Esalq afirmou que "tem acompanhado o desdobramento da apuração dos fatos. Mas, de qualquer forma, ações lamentáveis desta natureza vem sendo formalmente comunicadas e ocorrendo no campus, implica a instalação imediata de comissão sindicante para a apuração dos fatos e a deliberação das medidas administrativas cabíveis".

A universidade informou ainda que há anos o trote é proibido dentro do campi da USP.

"O estudante que chega bêbado para assistir às aulas é aclamado como herói"

aluna vítima

ao relatar em depoimento à CPI sobre os trotes realizados na Esalq